

Índios, africanos e agentes coloniais na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800

Mairton Celestino da Silva*

Resumo: A constituição do Estado do Maranhão como unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil remonta ao século XVII. A necessidade da interligação desses dois brasis ao longo do século XVIII propiciará uma série de medidas, dentre as quais criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, posteriormente, sua separação em Estados do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí. Tal mudança alteraria sobremaneira a vida dos poucos habitantes da região, redefinindo assim suas hierarquias, costumes e expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos escravizados e luso-brasileiros adentravam aos sertões e mantinham contatos, amistosos ou não, com os índios locais. Neste trabalho, destaco o problema da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí. Primeiro abordarei os negros escravizados sob o domínio dos bandeirantes e, posteriormente, sob a tutela jesuítica e, a partir da expulsão destes, no domínio da administração portuguesa. No segundo momento, analisarei as políticas efetivas de domínio da terra e seus conflitos/negociações/alianças com os índios locais.

Palavras-chaves: História. Estado do Maranhão e Piauí e Administração Portuguesa.

Indians, Africans and colonial agents in the Captaincy of São José do Piauí, 1720-1800

Abstract: The constitution of the State of Maranhão as a Portuguese administrative unit and separated from the State of Brazil goes back to the seventeenth century. The need for the interconnection of these two Brazilians throughout the eighteenth century will lead to a series of measures, including the creation of the State of Grão-Pará and Maranhão, and later their separation in the states of Grão-Pará and Rio Negro and the State of Maranhão and Piauí. Such a change would greatly alter the lives of the few individuals in the region, thus redefining their hierarchies, customs, and expanding conflicts/negotiations as enslaved and Luso-Brazilian Africans entered the backlands and maintained contacts, friendly or otherwise, with the local Indians. In this work, emphasize the problem of Portuguese expansion in the domains of the New World, with an analytical focus for the State of Maranhão and Piauí. I will first address the enslaved black under the rule of the bandeirantes and, later, under Jesuit tutelage and, after the expulsion of these, in the domain of the Portuguese administration. In the second moment, realize the effective policies of land domination and its conflicts / negotiations / alliances with the local Indians.

Keywords: History. State of Maranhão and Piauí. Portuguese Administration

A constituição do Estado do Maranhão enquanto unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil remonta ao século XVII. A carta régia de Fevereiro de 1620 que instituiria essa nova unidade administrativa tinha entre outros motivos a proteção, o povoamento e a ocupação desse imenso vazio territorial (Curto, 2009). A

* Professor do Curso de História da Ufpi/Csnb e membro do Ifarada (Núcleo de Pesquisa em Africanidades e Afrodescendência) e do Nupedoch (Núcleo de pesquisa e Documentação em História).

necessidade, portanto, da interligação desses dois brasis ao longo do século XVIII propiciaria, por sua vez, uma série de tomadas de medidas por parte de Portugal, entre elas a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, posteriormente, sua separação em Estados do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí. Tal mudança alteraria sobremaneira a vida dos poucos indivíduos da região, redefinindo assim suas hierarquias, costumes e expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos escravizados e luso-brasileiros – bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa - adentravam ao sertão e mantinham contato, amistosos ou não, com os índios locais.

Neste artigo, gostaria de mostrar esse contexto da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí, e, em especial, para a Capitania de São José do Piauí. Primeiro abordarei os negros escravizados – africanos e seus descendentes – sob o domínio dos bandeirantes e, posteriormente, sob a tutela jesuítica e, a partir da expulsão destes, em domínio da administração portuguesa. No segundo momento, perceber as políticas efetivas de domínio da terra e seus conflitos/negociações/alianças com os índios locais.

Missionários, sertanistas e as primeiras narrativas da colonização

Durante o século XVII boa parte das terras do Novo Mundo era desconhecida da cartografia europeia. Caberia aos primeiros desbravadores – padres, bandeirantes e comissários da Coroa – a tarefa de descrever a opulência dessas terras e os costumes de sua gente. Ao descrever a exuberância da natureza, as paisagens montanhosas, a caudalosidade/navegabilidade dos rios, essas primeiras narrativas deixavam transparecer igualmente a aversão do estrangeiro aos modos, credences e superstições daquela gente dos sertões.

A narrativa do P. Miguel de Carvalho, produzida no ano de 1694, assim como o levantamento descritivo das fazendas de gado pertencentes a Domingos Afonso Sertão e relatado pelo também padre Domingos Gomes demarcam, por assim dizer, as primeiras narrativas acerca dessa considerável extensão territorial. Em *“Descrição do Sertão do Piauí”*, o P. Miguel de Carvalho instituiria já nas primeiras linhas a narrativa em torno da posse.

De todas estas terras são senhores, Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem em meias. Tem nelas algumas fazendas de gados seus, os mais arrendam a quem lhe quer meter gados, pagando-lhes dez reis de foro, por cada sítio e, desta sorte estão introduzidos donatários das terras, sendo só sesmeiros, para as povoa-rem com gados seus, em tanto que até as igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do título de sua.

Sabedor da ideia de que apenas o registro narrativo em torno do descobrimento não mais legitimava a posse portuguesa diante das constantes investidas de franceses, holandeses e espanhóis, o Padre logo se apressa em relatar a atividade econômica desenvolvida e o seu funcionamento. Para Miguel de Carvalho, a posse da terra deveria ser seguida por uma efetiva política de ocupação, tanto econômica quanto demográfica, mesmo que restringisse a apenas um português por fazenda.

Compõem-se de fazendas de gados sem mais moradores; estão situadas em vários riachos, distantes umas das outras ordinariamente mais de duas léguas, em cada uma vive um homem com um negro e, em algumas, se acham mais negros e também mais brancos, mas no comum se acha um homem branco só. Vivem estes moradores de arredamento destas fazendas de gado. De 4 cabeças que criam lhe toca uma, ao depois de pagos os dízimos.

As palavras acima do P. Miguel de Carvalho serviriam para definir o perfil das fazendas de gado vacum e cavalar ao longo dos séculos XVII e XVIII, ao tempo que demarcaria, em termos de historiografia, dois pontos centrais nas discussões futuras sobre a presença portuguesa nos sertões, a saber: a ausência do patronato nas fazendas (Mott, 2010) e a relação de dependência/dominação entre negros e proprietários a partir do costume em torno da quarta parte sobre as crias das fazendas (Lima, 2001).

Outro aspecto levantado pelo P. Miguel de Carvalho e que mereceu pouca atenção por parte da historiografia diz respeito ao protagonismo dos negros africanos e mestiços na colonização dos sertões. Em um determinado momento – mesmo que distantes vertical e horizontalmente – negros e brancos participariam como membros efetivos do avanço português nas conquistas do Norte (Russell-Wood, 2005). A permanência desses portugueses ou luso-brasileiros, embora diminuta em comparação às Capitanias da Bahia e de Pernambuco, propiciaria na visão do clérigo não só a entrada

desses africanos como também a sua permanência nos sertões.

Quando visitou as fazendas de Domingos Afonso Mafrense, no ano de 1722, no Piauí, o P. Domingos Gomes já alertava em suas memórias para o fato de muitas das ditas fazendas estarem sendo ocupadas por sujeitos de toda a espécie. A fazenda Grande era administrada pelos mamelucos Agostinho e Vidal, que na época se referiam a Domingos Afonso como “seu pai”. Após a morte de Mafrense, a fazenda seria ocupada por “João Coelho de São Pedro do mesmo modo que os mamelucos seus cunhados [...] e havendo largado no ano de 1717, e havendo entrado outro intruso um capitão mor Manoel de Souza fugido das minas”.

Preocupado em descrever minuciosamente os bens deixados pelo falecido Domingos Afonso Sertão aos clérigos da Companhia de Jesus, o P. Domingos Gomes acabaria por agir como um verdadeiro etnógrafo, relatando aspectos da vida cotidiana, as relações de parentela e revelando o jogo de poderes que se constituía entre os próprios escravos das fazendas, a tal ponto de constituir reinos negros em espaços brancos.

E assim foram-se saindo dos matos para de que andariam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no mocambo pelos brancos que com autoridade do reino lhe colocaram lá no ano de 1718 três, ou quatro léguas distantes da melhor fazenda na qualidade dos pastos da administração chamada Campo Grande na ribeira do Canindé, que em um só ano, em que esta estava sem branco pelo não haver capaz, entregue a um *negro da maior fama de vaqueiro, e que enquanto foi sua fez sempre o papel de rei nas suas festas, se foi para lá esta vizinhança de seus parentes para a serra, que se chama Camba, que por [...] de multas pelos sertões (sic), e daí saíam já as estradas e faziam a matar os brancos*[grifo meu]. Daqui se forma uma razão; pela qual não convém negro sem amo.

Pelo que relata em seu testamento, Domingos Afonso, provavelmente, tivesse conhecimento da presença desses negros e mamelucos em seus domínios no Piauí. Seu testamento não é apenas um aglomerado de informações acerca dos seus bens, da imensidão de terras conquistadas, dos potenciais credores – alguns inclusive de grande reputação, como Antônio da Rocha Pitta – e das fortunas adquiridas ao longo da vida aqui e alhures. É possível encontrar em seu testamento as relações construídas por Domingos Afonso ao longo da vida com escravos e subalternos. Assim, ao relatar

suas posses no testamento, o mesmo é enfático em deixar aos cuidados dos administradores das fazendas e aos curraleiros do Piauí a quantidade exata de gados e cavalos, bem como o recurso necessário para oferecer de esmolas a “Santo Antônio além do Carmo” (Alencastre, 2005), mostrando assim sua face cristã.

Ao asseverar em testamento ser único “senhor e possuidor da metade das terras do Piauí”, o sertanista informava ainda que a ocupação dessas mesmas deu-se com “gados, assim vacum como cavalos, e todos fornecidos com escravos, cavalos, e os mais necessaries”. Conquistar com gados e cavalos seria sua estratégia, contudo faltava a sua definitiva ocupação e para isso necessitava o sertanista distribuir “sítios dados de arredamento às várias pessoas, que constarão de seus escritos, que tenho em meu poder, e outros muitos estão ainda a povoar, e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus”.

A criação de gados e a sua manutenção estaria, portanto, nas mãos dos escravos. Percebe-se aí a importância dos escravos e das “várias pessoas”, possivelmente índios, mamelucos e mestiços na conquista e na ocupação das terras. No testamento, Domingos Afonso deixava ainda a quantia de R\$ 200\$00 réis ao negro “Manoel Afonso, assistente no sertão do Piauí, se for vivo ao tempo do meu falecimento”. Seria Manoel Afonso o mesmo que fazia das fazendas do bandeirante seu “verdadeiro reino”, como nos relata o P. Domingos Gomes? Se para os mamelucos das fazendas, Domingos Afonso era uma espécie de pai, é bem provável que o segundo nome de Manoel Afonso se relacione aos laços de dependência que o escravo construiu ao longo do tempo com o sertanista.

De fato, pouco sabemos sobre a vida de Manoel Afonso, que desafios trilhou para conquistar a confiança de seu senhor, quais habilidades desenvolveu para circular entre o mundo da escravidão e o da deferência senhorial e como, em meio a essas transformações e avanços do domínio português, conseguiu re/construir seu mundo, mesmo que a partir de pequenas conquistas como aquela de organizar sua festa e trazer para perto de si sua parentela.

A documentação disponível sobre o período de nada esclarece sobre esses sujeitos, mesmo assim eles estavam lá, desenvolvendo a atividade de curraleiros, vaqueiros e de administradores das fazendas, uma espécie de olhos do senhor durante a sua ausência. Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial* foi quem melhor re-

tratou a vida desses sujeitos e a importância dos mesmos para as fazendas.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras (Abreu, 1998).

Para Capistrano de Abreu, a produção alcançada pelas fazendas de gado só seria possível graças aos avanços nas artes de cura e nas habilidades dos seus vaqueiros em manter constantes as taxas de natalidades dos bezerros e, com isso, propiciar uma redução na mortalidade dos gados e dos cavalos. Capistrano de Abreu ainda nos ajuda a pensar na possibilidade de uma eventual qualificação da mão-de-obra africana empregada nas fazendas de gado. Como veremos logo adiante, a presença de africanos nas fazendas de gado *vacum* e cavalar dos jesuítas era bastante reduzida, caso a comparamos com o total de escravos de procedência africana nas regiões do açúcar (Schwartz, 1988). Contudo, igualmente reduzida era a presença de portugueses, o que nos induz a presumir que as entradas nos sertões não seria algo fortuito/aventureiro, mas algo essencialmente planejado e feito por colonizadores e escravos detentores de algum tipo de especialidade no trato da terra e da prática bovina.

A dificuldade de adaptação dos índios da região com o trabalho nas fazendas e o empenho dos jesuítas em proibir a utilização do trabalho indígena ajudaria na transição de uma mão-de-obra indígena para africana. E este africano escravizado ou filho de africano de primeira geração deveria desenvolver ou praticar uma certa habilidade no trato dos gados e dos cavalos. Possivelmente, tal como nas regiões açucareiras, esses primeiros africanos e seus descendentes trazidos para as fazendas de gado *vacum* e cavalar não vinham apenas para serem utilizados no trabalho do eito, mas sobre-

tudo para exercerem atividades que exigiam uma determinada habilidade.

Em junho de 1793, o “cirurgião anatômico” da inspeção do Canindé, Francisco José da Costa Alvarenga foi destituído do cargo pelo governo interino da Capitania do Piauí e como justificativa sua continuar no cargo, o cirurgião argumentava que “a arte da sua profissão” ajudava a curar muitos escravos das fazendas da Nação, alguns deles de tamanha qualidade “que duzentos réis não se comprariam outro de igual habilidade para o serviço daquelas fazendas”. Conhecer um pouco o perfil desses escravos africanos e seus descendentes será agora o nosso objetivo. Para isso, tomarei como fio condutor os escravos das antigas fazendas dos jesuítas.

Angolas, jejes, mestiços e crioulos nas fazendas dos jesuítas

Em 1770, após a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus, o governador da Capitania do Piauí encomendou aos inspetores das fazendas de Nazaré, Piauí e Canindé um levantamento estatístico dos bens deixados pelos clérigos. O objetivo era de fazer um apanhado do quantitativo de todos os bens deixados pelos jesuítas. Dessa maneira, buscava-se conhecer o total de escravos presente nas fazendas, faixa etária, relações conjugais e, por fim, suas habilidades para o trabalho. A quantidade de gados e de cavalos, assim como a qualidade dos currais, casas e do tipo de frutos presentes em cada fazenda mereceriam igual atenção. Das 33 fazendas em domínio dos jesuítas foi disponibilizado informações acerca de 11 propriedades. De acordo com a tabela abaixo, os escravos estavam assim distribuídos:

Tabela 01
**Relação das Fazendas, casas, currais, fábrica de cavalos
e de escravos tudo em ordem deste Governo, 1770**

Fazendas	Número de escravizados por fazenda			
	Escravos por sexo		Absoluto	%
	Homens	Mulheres		
Poções	08	02	10	6,06
Campo Grande	08	03	11	6,6
Castelo Campo	10	07	17	10,3
Largo	13	12	25	9,43
Brejo dos Inácios Ilha	08	13	21	12,7
Borel	09	08	17	10,3
Fronteira do Meio	08	06	14	8,4
Sítio do Exu Pobre	12	08	20	12,1
Baixa dos Veados	05	08	13	7,8
	05	01	06	3,6
	07	04	11	6,6
TOTAL	85	80	165	100

Fonte: APEPI, Município: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98

Os números acima não constituem todo o plantel de escravos existentes na Capitania durante a década de 1760. Seus números estão restritos a algumas das fazendas sob jurisdição portuguesa. As de domínio privado e as pequenas propriedades nas mãos de arrendatários e de pequenos posseiros não consta no levantamento feito pela administração. Mesmo assim, um percentual de 165 escravos, com relativo equilíbrio entre homens e mulheres, nos possibilita algumas conclusões sobre a vida dos escravos, africanos seus descendentes, nas fazendas dos jesuítas no Piauí (Brandão, 1999).

O administrador da Capitania de São José do Piauí estava igualmente interessado em conhecer a possível constituição de uniões escravas no ambiente das fazendas. Dos 165 escravos encontrados nas fazendas, existiam 37 uniões, ou seja, um casal de escravos vivendo juntos ou com sua prole. O sexo (filhos machos/filhas fêmeas), a denominação étnico/racial (angola, geige (jeje), crioulo, crioulinha, mestiço, mesticinha e mulato - e a idade aparecem logo em seguida na documentação. Embora em menor detalhe, a documentação faz ainda referência ao tipo de ofício exercido pelos escravos nas fazendas. A atividade de vaqueiro, bem como a de ferreiro são as únicas atividades citadas na documentação.

De todos os escravos relacionados na tabela apenas um tem o sobrenome Afonso. João Afonso, escravo de 80 anos de idade foi arrolado na fazenda Saquinho e que mantinha uma união com a escrava Luzia, de 42 anos. Da sua relação com Luzia nasce-

ram Ângelo crioulo (26 anos), Romualdo crioulo (18 anos) e Geralda crioulinha (12 anos). João Afonso e Cristovão Angola são os dois únicos escravos com idade igual ou superior a 80 anos e de procedência africana que ainda viviam na fazenda durante o levantamento desse relatório.

Possivelmente João Afonso e Cristovão Angola presenciaram a chegada do P. Domingos Gomes naquele ano de 1722. Ao comentar sobre os laços de conjugalidade dos escravos das fazendas, este jesuíta informava que no universo de menos de cem escravos eram raros os casados, só encontrando apenas seis casamentos, “dois com índias e três com negras, um com mestiça”. Comparando o número de uniões de escravos encontradas por Domingos Gomes com aquelas apresentadas nos anos de 1770 percebe-se um aumento significativo nas uniões entre escravos durante o domínio jesuítico nas fazendas.

Neste universo das fazendas permeadas por negros africanos, índios e mestiços, a narrativa do P. Domingos Gomes merece, mais uma vez, destaque. Segundo o missionário, havia entre os cativos das fazendas o costume de ao se imaginarem como donos de si agirem como sujeitos livres. Para o sacerdote,

O pensamento dos Crioulos virem a ser[em] homens das Fazendas [e] de quem não adverte os Espertos, que infundem nos Negros as larguezas do Sertão: Um homem de conta, me contou se levantaram no Piauí debaixo os Negros vendo-se assim sem Amos, e foi necessário aos Reverendos Padres do Carmo valerem-se do braço Secular para os tornar a sujeitar.

Para resolver “os males temporais” haveria a necessidade de multiplicar as uniões entre os escravos das fazendas, uma vez que ao ficar “os maridos embaraçados para o serviço longos com ausências às vezes de ano[s], esvaírem-se pelo abuso, e durarem pouco [e] ficarem soberbos com os amos, que não querem mais”. Quando permaneceram nas fazendas dos jesuítas, escravos e índios puderam constituir roças, estabelecer famílias, criar seus filhos e os verem, através do batismo, transformarem-se em cristãos.

Com a expulsão dos jesuítas no Piauí as fazendas perderiam a função de espaços de evangelização/catequização e se tornariam apenas zonas de criação de gados e cavalos e entreposto comercial do charque e de curtumes. A presença dos negros escravi-

zados nesse processo seria imprescindível (Slenes, 1999). Nesse percurso havia ainda a necessidade de situar o índio aldeado e o dito índio “bárbaro” nesse processo de conquistas dos sertões. Com a expulsão dos jesuítas temos assim a intensificação dos conflitos com os índios da região.

Índios aldeados na Capitania de São José do Piauí

No inverno de 1771, o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco suspende as suas três entradas em busca da tão propalada “desinfestação do gentio bárbaro das terras de fronteiras”. Antes das chuvas, a guerra já havia lhe rendido “122 presos da nação Timbiras, 74 da dita nação dos Acoroás e, ultimamente perto de 100 índios da mesma nação”. No curto período das chuvas restou-lhe traçar as estratégias de guerra que se definiria a partir de uma rápida descida com as tropas e “buscar o resto da grande aldeia que se entrincheirou nos matos e lá se fixou em pequenos grupos, denominados de malocas”. Aos índios derrotados o degredo para o Maranhão, “por ser mais segura a sua existência apartados dessa capitania e das terras de onde saíram” e para as crianças, o malogro de serem distribuídas entre os moradores de Oeiras, “que melhor as possam criar e educar”.

A distribuição de crianças indígenas capturadas logo após os conflitos com as tropas luso-brasileiras parece ter sido prática comum no Piauí. Embora a carta do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco nos releve a prática e os motivos dessas doações, pouco nos diz a respeito dos seus receptadores, do total de crianças capturadas e das reações dos índios, que diante da derrota tiveram ainda que presenciar o infortúnio de viver distante dos seus.

No *Diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho* [de 1800] *na vila de Jerumenha*, uma espécie de livro de queixas dos populares da cidade, escrito pelo Comandante de tropa e coronel Francisco Dias Carneiro, o proprietário da fazenda do Pilar, Alexandre Cardoso de Brito foi acusado pelo capitão João da Costa de Araújo de ter assassinado seu filho. Na tentativa de embasar seu pedido de investigação do caso, o capitão João da Costa de Araújo, um homem de 70 anos de idade, expõe ao governador da capitania a sua primazia em ter sido um dos primeiros a ocupar as terras que outrora eram de domínio exclusivo dos índios Timbiras, e que tal esforço só foi

possível devido ao aguerrido do seu filho. Para o velho colono, sem a presença do filho seria praticamente impossível conter o avanço do índio timbira em suas terras, uma vez que estes utilizavam estratégias de emboscadas noturnas e rapto de crianças da sua propriedade. Temendo sair da condição de vigilante e protetor das terras de fronteiras para de vítima do gentio Timbira, o colono assim expressava sua situação diante do duplo problema: o desaparecimento do filho e o perigo da presença indígena:

se atrevem [os índios] a fazerem caçadas nos pastos da Fazenda do suplicante tanto assim que [...] teve o dito gentio a ousadia de virem a morada do suplicante e abrirem as porteiras do curral e soltarem uma vaquejada pelas cinco horas da madrugada na mente de que o suplicante com o rumor que fizeram aludir-se a eles a seu serviço retirarem a vida e a de toda a sua família e pôr tudo por terra e o seu curtume; na mesma forma do citado ano [1800] retornaram e pegaram uma criança quase a se vão furtada, consequentemente andam pelo pasto matando os gados que podem e por todos os meios comem coerção ao suplicante.

Para ocupar as terras, abrir caminhos e fundar vilas haveria, portanto, o choque com os gentílicos da região. É nesse momento que a figura de João do Rego Castelo Branco ganha destaque e com ela a guerra contra os índios Acoroás [*acroas*, *acaroas*], Guegues [*goguês*, *geges*], Jaicós, timbiras e Pimenteiras sofre um expansivo aumento. Como vimos acima, um dos destinos dos gentílicos capturados seria exatamente o Maranhão, contudo a empreitada demandava custos e contrariava os colonos locais, sempre desejosos da utilização da mão-de-obra indígena.

Na mesma carta que escrevera à Coroa relatando a guerra contra os índios, João do Rego Castelo Branco não só aduzia seus feitos, mas sobretudo apontava para a necessidade de futuras investidas contra os gentílicos da região, em especial, aos Timbiras, que na sua visão eram os mais consideráveis “deste sertão, [...] e que existem desde as cabeceiras do famoso rio dos Tocantes para esta capitania”.

Homem de pulso firme, João do Rego Castelo Branco subjugava índios e inimigos políticos pela força. Sabia como funcionava seu mundo, que tipos de caminhos seguir e quais inimigos conquistar. Mestiço nascido em Parnaíba, em 1719, João do Rego Castelo Branco dosava com habilidade truculência e complacência. Desde quando entrara para a tropa do capitão-mor Antônio Gomes de Leite, na primeira metade de setecentos, compreendeu que para se dar bem teria que enveredar pela carreira militar. Com

a presença de João Pereira Caldas na administração da capitania do Piauí, a política de ocupação das terras através da concessão de sesmarias se consolidaria mediante seu apoio.

Aldear a gentilidade na própria capitania constituiriam assim uma das principais estratégias de controle no período posterior à expulsão dos jesuítas. Entre os principais aldeamentos presentes na capitania de São José do Piauí, estavam os de Nossa Senhora das Mercês, dos índios Jaicós, São José de Sende dos índios Acoroás e o de São Gonçalo do Amarante dos índios Guegues e Acoroás.

A percepção dos colonos acerca dos índios Jaicós, Acoroás e guegues era assim definida:

Os primeiros [Jaicós] não tem vigor a muito, por que se retirou o que tinham para os guegues. Da mesma forma não tem aumento, por que a sua vida o não permite sendo como são unicamente vadios, preguiçosos e ébrios, sustentando-se do que furtam, como sempre fizeram. Os segundos [Acoroás] se acham totalmente impossibilitados a persistir no lugar de São João de Sende, por que a infecundidade do mesmo faz baldada toda a diligência para recolherem os frutos de que nos fez o ajudante Antônio do Rego Castelo Branco, Diretor dos mesmos índios. [...] Os terceiros [Guegues] que há quase três anos desceram do mato e se estabeleceram em boas terras prometem duração e aumento é seu diretor o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, escoltado de um destacamento de tropa paga, mas nas necessárias obras, que se lhes estavam fazendo de oficinas públicas, se não continua sem expressa ordem de V. Ex.^a porque o Ilm.^o governador preterido que as principiou e quase concluído, as fez suspender por uma portaria que expediu pouco antes da sua retirada para o Reino (APEPI, Capitania do Piauí, registro de cartas ao general do Estado, caixa 149, 4 de março de 1775).

Um dos aldeamentos mais longevos da capitania foi o dos índios Jaicós. Situado na localidade cajueiro, próximo à ribeira do rio Itaim, o aldeamento fora fundado lá para o ano de 1730. Durante todo o século XVIII, os Jaicós foram se incorporando à cultura do colonizador a ponto de serem conhecidos como já “práticos e civilizados na língua e nos costumes dos portugueses”.

Segundo emissários da Coroa, os Jaicós mesmo aldeados sempre viviam no “mato roubando e matando muitos gados de várias fazendas da mesma capitania, sem contudo haver já modo de evitar neles esta prejudicial liberdade”. Mais adiante, explicam a única saída para o fim de tamanha liberdade dos Jaicós:

E com semelhante desordem poderia bem remediar-se com o extermínio dos ditos índios para o Pará, onde pelo muito e continuado serviço com que se empregam outros vadios de semelhante qualidade, não podem desertar, parecendo conveniente, será meio de abreviar a desobediência e nociva liberdade em que vivem com a útil aplicação que nesta capitania o não podem ter, por falta daquele serviço público, nem tão pouco os moradores dela procuraram já servir-se de tais índios, pela inconstância e deserções que conhecidamente costumam praticar (APEPI. Carta ao secretário de Estado dos Negócios da Maranhão, em 11 de junho de 1771).

Percebe-se aqui que aldear não significava a anulação dos direitos costumeiros da gentilidade, sobretudo quando a política dizia respeito aos índios Jaicós. A solução seria, portanto, *“o extermínio dos ditos índios para o Pará”*. Como havia dito páginas atrás, ao término de uma guerra contra os índios existiam três situações a seguir: a primeira seria o degredo dos índios mais revoltosos para o Maranhão, a distribuição dos filhos destes os colonos da região e, por fim, o envio de mulheres e de jovens índios aos aldeamentos da capitania.

O documento acima sinaliza uma nova política baseada agora na expulsão dos gentílicos da terra para áreas mais distantes da capitania do Piauí. Se o plano foi posto em ação pouco sabemos, no entanto em julho de 1778, o governador da capitania recebia um comunicado acerca de um “negro cativo fugido” que circulava entre os aldeamentos roubando e insuflando os índios aldeados a fugirem. No documento, os colonos pedem que o negro tenha como “pena capital” a decapitação e a imediata exposição na “mesma aldeia ou ao menos exposta a cabeça para firmeza e exemplo dos mesmos índios”. Para o autor da carta, tal atitude se fazia necessária para se manter “a perseverança dos referidos índios e do grande exemplo para os demais negros da capitania cuja consequências se farão utilíssimos”. Aos índios envolvidos, o documento expunha ainda que os mesmos já haviam sido punidos quando estes viviam no Pará, sendo eles naquela província condenados à pena capital pelas repetidas rebeliões que tem feito cuja sentença parece foi proferida na junta do Pará tempo em que servia de ouvidor daquela comarca o Dr. Luís José Duarte Freire e quando V. Ex^a entenda ser precisa esta averiguação se poderá conseguir facilmente e é o que presentemente sobre esta matéria pomos na presença de V.Ex^a.

O documento não explicita se estes índios eram da região do Piauí e havia fugidos do Pará retornando, portanto, para os seus antigos aldeamentos. O certo é que

para instituírem o medo e a desordem no ambiente dos aldeamentos tiveram os índios como principais aliados negros fugidos da região.

Em algumas situações, os índios fugidos poderiam contar até com o apoio de eclesiásticos. Em 30 de Novembro de 1769, o P. Francisco Tavares, vigário dos índios aldeados Jaicós escreve uma carta ao governador da capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pedindo para que o mesmo interceda nos castigos aplicados aos índios fugidos/desertores dos aldeamentos. Sobre o assunto, o padre assim expressava:

Posto que seja *antigo o costume entre eles* [índios] *retirarem-se para o mato e tornarem para a missão quando querem*[grifo meu], fazendo-se Ex^o esta desobediência pouco útil à adição de mais povos desta capitania, contudo reconhecendo com muito bem, que senão devem conciliar e reconduzir para a sua missão com o rigor e aspereza que imprudentemente muito se consigna, não pretendendo estabelecer por hora nova forma de governo entre eles, digo a V. Ex^a que não os apertando nem estimulando com castigos, que suscitem a deserção que costumam fazer será o melhor modo de introduzir nos ditos índios a lei da civilidade que não ignoram a útil aplicação aos dogmas da fé, a igreja e a cultura das roças, para deste benefício se utilizarem os mais habitantes como vizinhos fazendo-se persuadir disto mesmo pelo seu principal ou ainda outros índios que entre eles conservem autoridade e respeito.

Para o vigário, atuar com “prudência e paciência” resultaria na diminuição dos crimes que os “índios costumam praticar, como mortes [e] feitiçarias”. Para aplicar as leis da civilidade, os dogmas da fé e a cultura do trabalho entre os índios, os jesuítas tiveram que estabelecer acordos e com isso sujeitar-se dentro dos próprios aldeamentos aos costumes dos índios, como aqueles de sair e retornarem às missões de acordo com suas vontades.

De fato, antes da guerra contra os índios haveria a necessidade da sua justificativa junto à Coroa. Concedida a permissão, caberia ao chefe da tropa, no caso o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco empreender a guerra e na eventualidade da vitória – em muitos casos apenas parcial, uma vez que muitos se embrenhavam nas matas – conduzir os índios capturados para os aldeamentos. Essa pratica seria corrente nos governos de João Pereira Caldas e de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, onde João do Rego Castelo tinha plenos poderes no reordenamento dos índios da capitania. Cabia ao militar, portanto, empreender as guerras contra os bárbaros, fundar aldea-

mentos, erguer igrejas e requisitar à Coroa, através da política de graças e mercês, a distribuição de cargos dentro do corpo militar (Hespanha, 1994).

Foi assim que fez João do Rego Castelo Branco, quando da “pacificação dos Acoroás” ao incorporar seu filho, Felix do Rego Castelo Branco, no mundo da guerra contra os índios.

Nesta última expedição se empregou também um filho do mesmo oficial chamado Felix do Rego Castelo Branco atualmente cabo de esquadra da Companhia de Dragões da Guarnição desta cidade, o qual imitando com muita propriedade o préstimo e atividade do pai, se distinguiu em todas as empresas pelo valor e merecimento que qualquer mercê, facilitar-se-ão outros muitos e empregar-se nesta qualidade e serviço, que é o mais útil à capitania.

A guerra contra os índios se constituiria como uma das maneiras possíveis de inserir os mais próximos no espaço da administração, contudo diante de um número tão elevado de desertores, o recrutamento de membros familiares serviria também como uma espécie de fortalecimento da lealdade em torno do chefe da tropa. Isso é comprovado nas *“Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão”*, escrita no ano de 1819, pelo major Francisco de Paula Ribeiro que ao narrar suas experiências de quase vinte anos comandando tropas nos serções da capitania contra os timbiras afirmava que um dos principais empecilhos para reduzir pelas armas as povoações gentílicas se dava exatamente pela quantidade elevada de “gente bisonha, sem nome, e sem disciplina ou subordinação” que compunha as tropas. Para Francisco de Paula Ribeiro, os rios Itapecuru e Parnaíba tornaram-se uma “segura guarida” dos índios do Maranhão, já o Piauí o destino dos desertores. Eram, sobretudo, estes sujeitos que alimentavam o corpo militar no confronto com os índios das regiões do Piauí e Maranhão.

Inseridos à força no projeto expansionista português, os índios do Estado do Maranhão e Piauí oscilavam entre agentes ligados à Coroa, ajudando a capturar outros índios insurgentes e negros aquilombados e, noutro extremo, sujeitos com autonomia, vendo nos aldeamentos uma via de sobrevivência e de reconfiguração das suas identidades (Almeida, 2013).

Os aldeamentos como espaços de efetivo domínio da terra e de proteção contra

os colonos ávidos por mão-de-obra indígena já é tema consolidado na historiografia. Ao analisar a vida dos aldeados em território das missões, atual Paraguai e sul, do Brasil, na época da expulsão da Companhia de Jesus, em 1768, dos domínios do ultramar português, o historiador Maxime Haubert percebeu que a presença dos jesuítas acabaria por operar uma verdadeira mudança na vida dos índios da região. A utilização do ferro na vida cotidiana, o incremento de uma alimentação a base de carnes, bovina e ovina, e a proteção dos padres frente ao avanço dos bandeirantes, escravistas e espanhóis, acabou por produzir um efeito indiscutível na preservação dos costumes dos índios no sul do Brasil.

Mesmo assim, o mato estava ao lado, tanto para negros escravizados como para índios aldeados, no entanto para aqueles a fuga poderia representar o fim dos laços de solidariedade construídos no interior das fazendas, para estes a deserção dos aldeamentos trazia consigo o perigo da re/captura, da prisão e do consequente envio ao Maranhão.

É provável que mesmo após a expulsão dos jesuítas, índios aldeados tiveram seus direitos costumeiros assegurados e, em alguns casos, conseguiram até ampliar na medida em que decidiam acerca do perfil daqueles que eram indicados para administrar os aldeamentos. Foi assim em 1793, quando após uma série de acontecimentos envolvendo maus tratos e rigor na execução das penas de desordens, os índios enviaram uma carta à junta trina do Piauí denunciando Antônio Alves Brandão, diretor dos dois aldeamentos e pedindo a sua imediata expulsão do cargo.

Na alegação, índios aldeados exigiam “serem tratados na forma das ordens de sua Majestade e de V. Ex^a”. Como se ver, a luta pela posse da terra se dava agora com as armas do colonizador. Índios aldeados forçariam o cumprimento das leis fixadas no Diretório dos índios, utilizando-a para barganhar vantagens, conquistar terras e estabelecer relações com luso-brasileiros a partir das leis da Coroa.

Conectando histórias: negros escravizados, índios aldeados e a presença portuguesa Capitania de São José do Piauí

Com a expulsão da Companhia de Jesus seus senhores não apenas mudaram de nome, mas também de projetos políticos. Em busca da efetivação desse projeto colonial,

Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês Pombal, eleva a vila da Mocha, sede da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à categoria de cidade, com a denominação de Oeiras: encravada nos “sertões de dentro” e com status jurídico proporcional a qualquer outra cidade da América portuguesa (Brandão, 1995).

Havia, portanto, a necessidade de se criar a capitania de São José do Piauí, e com ela a cidade de Oeiras e um conjunto de novas vilas e freguesias, bem como uma política de doações de terras, através da concessão de sesmarias.



Fonte: Oeiras do Piauí. Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Lisboa. Finais do século XVIII.

Situada, portanto, em universos distintos da administração, a cidade de Oeiras funcionaria como uma janela para os projetos coloniais de unir, através da ocupação e da conquista, os dois Brasis: o estado do Grão-Pará e Maranhão e o Brasil dos estados do sul (Carreira, 1988).

Assim, as conexões marítimas com os estados do Norte estavam guarnecidas através das cidades de Belém e São Luís e, por terra, com a cidade de Oeiras. Fundação de cidades e criação das companhias serviria, portanto, para estreitar distâncias e com isso preencher as lacunas de uma provável ausência do poder português. Para reforçar a imagem do poder régio, surgiria então, como bem esclarece António Manuel Hespanha, a presença dos juizes de fora nos domínios ultramarinos e isto se rever-

teria em fortalecimento do poder da coroa “e, com isso, não deixariam de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local” (Hespanha, 1994).

Para potencializar um modelo de administração de proporções continentais, o império ultramarino português teria que abrir mão da centralidade do poder e com isso construir múltiplos pactos, com deveres recíprocos entre as mais diferentes esferas da administração e do mando local. Dentro de uma lógica maior, os “sertões de dentro” não seria apenas um espaço político-administrativo a ser colonizado, mas uma peça fundamental nos planos políticos do império ultramarino português (Souza et al., 2009). E homens de confiança – portugueses e mestiços – não faltaram para essa empreitada, a exemplo de João Pereira Caldas, Gonçalo Pereira Botelho de Castro, João do Rego Castelo Branco e Felix do Rego Castelo Branco no Piauí do século XVIII.

Contando com o apoio das elites locais (Brandão, 2012), Pombal funda em 1755 a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, interligando os portos dos estados do Norte às praças comerciais da costa da Guiné (Meirelles, 2006). As fazendas de gado, agora sob domínio real, passariam a receber a denominação de “Fazendas do Real Fisco” e seriam agora divididas em inspeção/repartição, a saber: Canindé, Piauí e Nazaré. Caberia, portanto, aos inspetores, a coleta dos dízimos, a contagem, controle e vendas dos gados, cavalos e escravos, a fiscalização sobre a produção de queijos, requeijões e manteigas, bem como suprir com carnes e demais produtos todo o aparato administrativo da capitania.

Os missionários estavam cientes que a boa administração nas Américas dependeria da relação estabelecida entre senhores e seus subalternos, mesmo que para isso encontrassem como obstáculos a própria Coroa portuguesa. A formulação de tal pensamento vinha de dentro da própria Companhia de Jesus e encontraria no jesuíta André João Antonil seu principal articulador (Marquese, 2004). Assim, para bem administrar os espaços das fazendas, os missionários tiveram que ceder, sujeitar-se aos interesses dos escravos e, nesse ínterim, buscar uma solução para o problema da mão de obra. Nesse sentido, a política dos jesuítas teria, entre outros fins, a conservação e permanência dos escravos nas fazendas a partir da constituição de uniões conjugais e dos batismos. É nesse ambiente de ampliação dos domínios portugueses, de difusão da doutrina cristã e da conversão de índios e negros que se situa a carta da escrava Espe-

rança Garcia.

O conteúdo da carta retrata bem este novo momento de efetivo domínio português na capitania do Piauí. Em 06 de setembro de 1770, portanto, a apenas dois anos da saída dos jesuítas, a escrava Garcia pertencente a uma fazenda da Companhia de Jesus decide denunciar os maus tratos que vinha sofrendo por parte do administrador da fazenda.

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (Mott, 2010).

Para sensibilizar os superiores e se livrar dos maus tratos, Esperança Garcia utiliza como prerrogativa as conquistas alcançadas durante o período jesuítico: o direito de viver em família, a necessidade do batismo das suas crias e a vantagem como cristã de obrigatoriamente se confessar. Ciente do seu mundo e dos limites que a sua condição de escrava pode propiciar, Garcia utiliza a estratégia dos conquistadores para angariar vantagens e com isso re/planejar seu destino perto dos seus filhos e marido.

É nesse momento que sertanistas, jesuítas, emissários da Coroa, índios, negros africanos e mestiços livres se inter cruzam. Assim, durante o século XVIII, autoridades portuguesas percebiam a imensidão dos sertões como uma metáfora da distância, algo próximo e similar aos termos ocupação, conquista e catequese, já para os escravos e índios da região, essa metáfora para os luso-brasileiros transformava-se em sinônimo de liberdade, uma unidade capaz de medir mundos disformes e com isso redefinir vidas e identidades.

Por certo, tomar uma posição a favor dos índios aldeados e dos negros escravizados poderia representar o início de uma situação de perigo para quem optasse por este caminho. Nesse ambiente de inter cruzamento de sujeitos e de ideias, índios alde-

ados, escravos fugidos e padres com pensamentos insurgentes poderiam tornar-se a um só modo, inimigos da Coroa. Em 10 de outubro de 1794, o Capitão e comandante da Vila de São João da Parnaíba, Antônio José de Castro Campelo recebeu uma ordem do Coronel do Regimento de Infantaria da cidade de Oeiras, Anacleto Henriques Franco, para que,

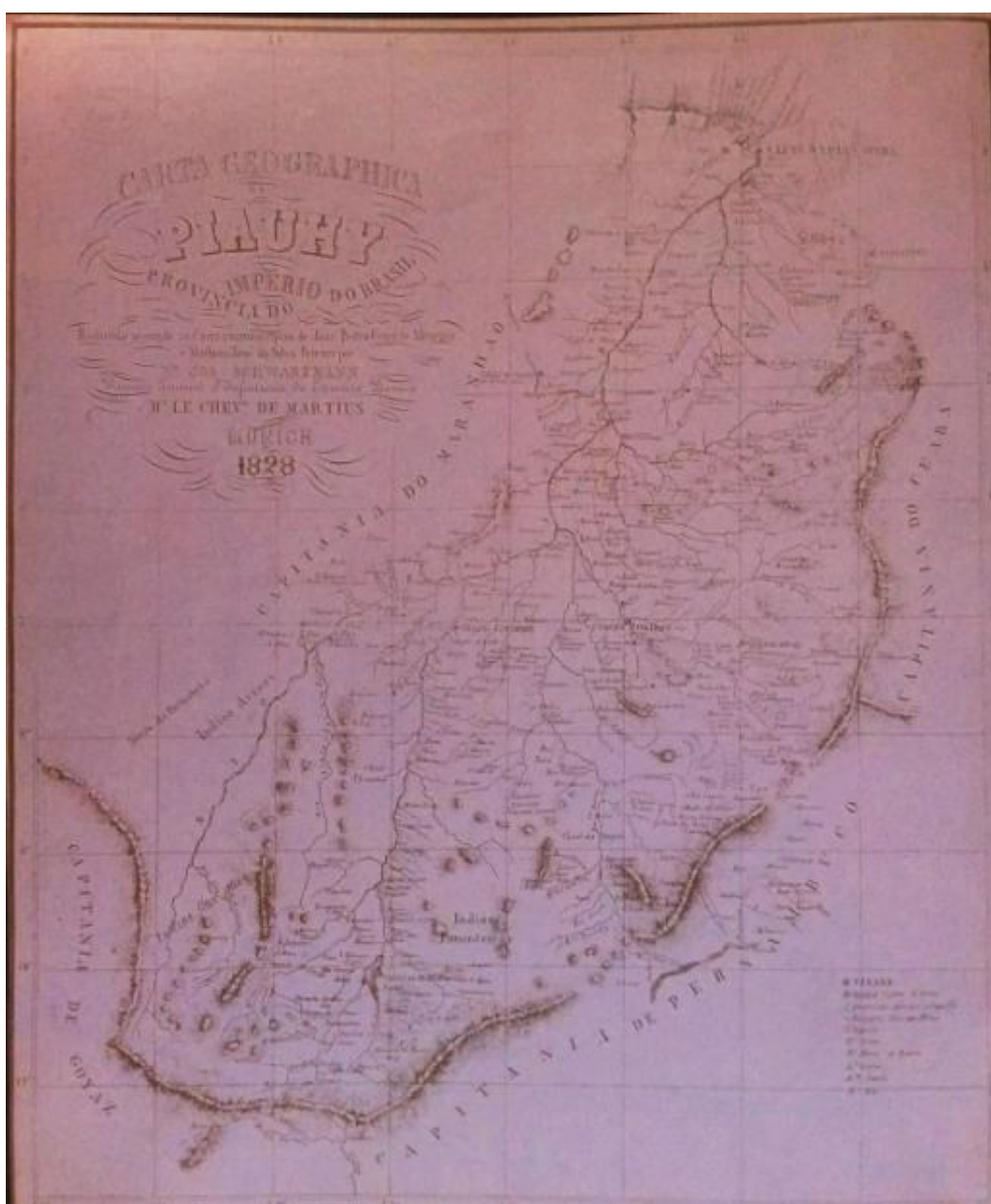
encontrando-se um padre já de maior idade com alguns cabelos brancos indo só ou acompanhado de alguns índios cafuzes(sic), mulatos ou pretos serem todos presos e remetidos ao mesmo comandante a fim de serem por suspeita e remetidos a presença de V. Ex^a com uma parte circunstanciada do exame neles feito por haverem descoberto noticiais de se achar um padre em um quilombo para as partes do Alegre, distrito dessa capital [Parnaíba] e que dizia havia fugir assim que sentisse se atacava o dado quilombo.

Na política de aldeamentos e de colonização do Estado do Maranhão e Piauí, colonos, índios, negros escravizados e padres jesuítas poderiam ser inimigos e ao mesmo tempo aliados. Para os índios, inserir-se na política portuguesa significava circular com desenvoltura no novo mundo que se configurava à sua volta. Encontrar-se na condição de aldeado abria-lhe a possibilidade, mesmo que à sua revelia, de a um só tempo redefinir suas identidades enquanto sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, submeter-se a um processo simplificação das suas identidades.

Alguns episódios servem de exemplo para esta mudança na condição do índio em terras do Piauí. Quando o padre Miguel de Carvalho se referia aos tapuias bravos que faziam guerra contra os colonos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória em 1697, ele chegou a catalogar um total de 36 grupos indígenas apenas naquela freguesia. Uma abundância e diversidade de índios que chamou tanta a sua atenção a tal ponto do padre considerar aqueles tapuias “os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”.

O que existia de diversidade indígena no século XVII transforma-se a partir das descrições cartográficas do século XIX em unidades gentílicas. Baseando-se nas cartas manuscritas de José de Pedro Cesar Menezes e de Mathias José da Silva Pereira, o cartógrafo e tenente coronel de Infantaria do Exército Bávaro, Jose de Martius Schwarzmänn elabora na cidade de Monique, no ano de 1828, uma Carta Geográfica do Piauí. No seu desenho cartográfico, Schwarzmänn, por assim dizer, redefine os contornos ge-

ográficos do Piauí, descrevendo com minúcia de detalhes as cidades, vilas, freguesias, fazendas e sítios/retiros da província. Seu olhar cartográfico vai mais além da estrutura administrativa, Schwarzmann tinha igual interesse em registrar a natureza da região. Seu olhar não deixa de perceber as serras, barras/bahias, lagos e rios como elementos formadores da província e, por fim, e para nosso interesse, Schwarzmann demarca os domínios e os gentílicos da região. Para o cartógrafo, existiam na província do Piauí apenas os índios Pimenteiras, Guegues e Acroas [Acaroás], estes vivendo às margens do rio Parnaíba e totalmente do lado do Maranhão.



Fonte: Schwarzmann, Jose De Martius. Carta geográfica do Piauí, elaborada em Munique (1828). Mapoteca do Itamaraty, RJ.

Pouco mais de quarenta anos após a publicação da carta cartográfica do Piauí, em 1869, o engenheiro Dr. Gustavo Luís Guilherme Dodt, a serviço do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, percorre todo o rio Parnaíba tendo como objetivo final apresentar uma planta descritiva daquele rio, a velocidade da sua correnteza, suas nascentes, as condições de navegabilidade e os obstáculos à navegação. Ao término do trabalho, o engenheiro deveria entregar um “relatório minucioso, indicando-se nele tudo que for de interesse, não só especial, mas também geral para melhor conhecimento das terras que o Parnaíba percorre”. Em todo o seu relatório referente ao rio Parnaíba, Gustavo Dodt não cita um só grupo de índios. Desaparecidos das margens do rio Parnaíba, o gentílico reaparece na escrita do engenheiro de maneira intensa somente no rio Gurupi (Dodt, 1981).

De 1840, época em que o Presidente e Comandante das Armas do Maranhão, o militar Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias produz sua *Carta do Maranhão e Piauí* com o intuito de desbaratar os revoltosos da Balaiada passando pelos relatos descricionista do engenheiro Gustavo Dodt até os anos de 1930, o gentílico do Piauí desaparece dessa produção escrita e cartográfica. Situados, portanto, em universos paralelos desde o período colonial, negros e índios teriam ao longo do século dezenove e adentrando ao século XX de viver uma busca pelo direito à visibilidade e só, posteriormente, almejem a cidadania.

Arquivos pesquisados

Apepi – Arquivo Público do Estado do Piauí

Apem – Arquivo Público do Estado do Maranhão

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.

CARVALHO, Miguel de (Padre). *Descrição do sertão do Piauí*. 2ed. Teresina. APL; FUNDAC; DENTRAN, 2009.

CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Cha-

ves, 1998.

CURTO, Diogo Ramado. *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

DODT, Gustavo. *Descrição do Rio Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1981.

FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

FALCI, M. B. K.; MARCONDES, R. L. "Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 430, p. 53-68, 2006.

FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R. *A Paz das Senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLANKLIN, Alberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

HESPANHA. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político*, Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA. António M. "Depois do Leviathan". *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo – RS: Ed. UFP, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MEIRELLES, Marinelma Costa. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no maranhão setecentista*. Dissertação de mestrado: UNB, 2006.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v.4. 2ed. Teresina: Artenova, 1975.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2007.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. "Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v18, nº 36, 1998.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. "A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas". *História: questões & Debates*, Curitiba, n 50, jan/jun.2009. Editora UFPR.p.175-216.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família*

escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
SWEET, James H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português – 1441-1770*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2007.

Recebido em: outubro de 2016.

Aprovado em: dezembro de 2016.